

1 CONHECIMENTOS GERAIS

1.1 Língua Portuguesa: 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: É necessário que o Médico Legista ou o Odontologista tenha domínio da língua portuguesa, pois, no exercício da função, terá que elaborar, analisar, interpretar e avaliar atividades da perícia criminal.

1.2 Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás e do Brasil: 1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século 18, a agropecuária nos séculos 19 e 20, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia e de Brasília, industrialização, infraestrutura e planejamento. 2. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano. 3. A população goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica. 4. Economia goiana: industrialização e infraestrutura de transportes e comunicação. 5. As regiões goianas e as desigualdades regionais. 6. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo. 7. Aspectos da história política de Goiás: a independência em Goiás, o coronelismo na República Velha, as oligarquias, a Revolução de 1930, a administração política de 1930 até os dias atuais. 8 Aspectos da história social de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e a cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular. 9. Atualidades econômicas, políticas e sociais do Brasil, especialmente do Estado de Goiás.

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Além de cumprir a exigência prevista na Lei Estadual nº 14.911/2004, o Médico Legista ou o Odontologista poderá exercer sua função em todo o território goiano, sendo, portanto, necessário conhecimento acerca da realidade econômica, política e social do Estado, de modo a adequar suas práticas ao contexto local.

1.3 Noções de Direito Administrativo: 1. Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, organização, natureza, fins e princípios. 2. Organização administrativa do Estado: administração direta e indireta. 3. Agentes públicos: espécies e classificação, poderes, deveres e prerrogativas, cargo, emprego e funções públicas. 3.1 Regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás (Lei Estadual nº 20.576/2020). 3.2 Sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992). 4. Lei de licitações e contratos administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021). 5. Poderes administrativos: poderes hierárquico, disciplinar e regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. 6. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação. 7. Controle e responsabilização da Administração: controles administrativo, judicial e legislativo; responsabilidade civil do Estado.

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: o Direito Administrativo é responsável pela regulamentação da atividade administrativa do Estado, e o conhecimento acerca dessa disciplina é essencial a todo ocupante de cargo público. O Médico Legista ou o Odontologista, como agente público, executará cotidianamente atos administrativos e deverá conhecer os poderes administrativos, o poder de polícia e suas características, as situações de uso e abuso do poder, a responsabilidade civil do Estado, o poder disciplinar, o conceito de bens públicos e a gestão de contratos e convênios, entre outros conceitos intimamente relacionados com as atividades desenvolvidas pelos agentes da Administração Pública.

1.4 Noções de Direito Penal: 1. Princípios constitucionais aplicáveis ao Direito Penal. 2. A lei penal no tempo e no espaço; tempo e lugar do crime; lei penal excepcional, especial e temporária; territorialidade e extraterritorialidade da lei penal; interpretação da lei penal; analogia; irretroatividade da lei penal; conflito aparente de normas penais. 3. Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo. 4. O fato típico e seus elementos: crime consumado e tentado; pena de tentativa; concurso de crimes; ilicitude e causas de exclusão; culpabilidade (elementos e causas de exclusão). 5. Imputabilidade penal. 6. Concurso de pessoas. 7. Crimes: crimes contra a pessoa; crimes contra o patrimônio; crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; crimes contra a dignidade sexual; crimes contra a incolumidade pública; crimes contra a fé pública; crimes contra a administração pública.

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: O Direito Penal é responsável pela regulamentação dos ilícitos penais, sendo o seu conhecimento de extrema necessidade ao desenvolvimento das atribuições Médico Legista ou do Odontologista.

1.5 Noções de Direito Processual Penal: 1. Princípios. 2. Inquérito policial: histórico; natureza; conceito; finalidade; características;

fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; *notitia criminis*; *delatio criminis*; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos. 3. Prova: exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral; interrogatório do acusado; da confissão; do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e de coisas; da acareação; dos documentos; indícios; da busca e apreensão. 4. Restrição de liberdade: prisão em flagrante; prisão preventiva; prisão temporária (Lei Federal nº 7.960/1989).

(*) Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: o Direito Processual Penal é o ramo do direito público dedicado ao estudo da aplicação jurisdicional do direito penal, sistematizando os órgãos relacionados e seus respectivos auxiliares. A matéria processual tem como objetivo trazer a matéria penal da mera abstração à realidade, dando as ferramentas necessárias para que o Direito Penal possa ser aplicado. Assim, essa disciplina se relaciona com as atribuições do Médico Legista ou do Odontologista.

1.6 Legislação especial: 1. Lei Federal nº 13.675/2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). 2. Lei Federal nº 13.869/2019, que dispõe acerca dos crimes de abuso de autoridade. 3. Lei Federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura. 4. Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). 5. Lei Federal nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos). 6. Crimes de Trânsito (arts. 291 a 312-B da Lei Federal nº 9.503/1997). 7. Lei Federal nº 12.030/2009, que dispõe acerca das perícias oficiais e dá outras providências. 8. Bancos de Perfis Genéticos (Lei Federal nº 12.654/2012 e Lei Federal nº 13.964/2019).

* Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: desempenhar as suas atribuições com profissionalismo e respeito aos direitos e à dignidade humana é um grande desafio para essa função, por isso é importante que o servidor tenha pleno conhecimento de todos os direitos das pessoas que estarão sob a sua responsabilidade.

2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1 Conhecimentos específicos comuns (códigos 201,202,203 e 301): 1.Noções de Criminalística: 1.1 Noções e princípios da Criminalística. 2. Tipos de Provas: prova confessional, prova testemunhal, prova documental e prova pericial. 3. Corpo de delito. 4. Documentos criminalísticos: auto, laudo pericial, parecer criminalístico. 5. Finalidade da criminalística: constatação do fato, verificação dos meios e dos modos e possível indicação da autoria.

*Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Os postulantes aos cargos de Médico Legista e Odontologista pretendem assumir carreira policial no estado de Goiás e, dessa forma, é imprescindível que tenham conhecimentos básicos de criminalística, a fim de garantir a excelência e para que desenvolvam as habilidades e competências previstas, conforme atribuições do cargo.

2.2 Conhecimentos Específicos para Médico Legista de 3ª Classe – Generalista (código 201): 1 Introdução à medicina legal: conceito, definição, perícia e peritos; documentos médico legais, atestado médico, declaração de óbito. 2 Traumatologia forense: lesões e morte por ação contundente, estudo médico legal dos traumatismos crânio- encefálicos, lesões e mortes por armas brancas, lesões e mortes por instrumentos perfuro- contundentes, armas de fogo, lesões e mortes por ação térmica, lesões e mortes por ação elétrica; lesões e morte por ação química (cáusticos, venenos, noções de toxicologia forense). 3. Asfixiologia forense: conceito e classificação das asfixias, asfixias por modificações do meio ambiente, asfixias por constrição cervical (enforcamento, estrangulamento, esganadura), asfixias por sufocação. 4 Tanatologia forense: conceituação da morte, causa jurídica da morte, diagnóstico da realidade da morte, fenômenos abióticos, lesões *post mortem*, fenômenos transformativos, estimativa do tempo de morte. 5 Morte súbita do lactente. 6 Síndrome da criança espancada, síndrome do bebê sacudido. 7 Sexologia forense: estupro, estupro de vulnerável, importunação sexual (legislação); exame médico-pericial da genitália externa (masculina e feminina) e da região anal; coleta de material para pesquisa de sêmen e DNA. 8 Antropologia forense: identidade, identificação, determinação da idade, sinais individuais. 9 Quantificação do dano – Lesões Corporais. 10 Causas jurídicas da morte: suicídio, homicídio, morte acidental. 11 Morte suspeita. 12 Morte súbita, morte agônica, sobrevivência. 13 Necropsia branca, necropsia clínica, necropsia médico legal. 14 Aborto em medicina legal. 15 Gravidez, parto e puerpério: aspectos médico-legais. 16 Infanticídio: conceito e elementos do crime, diagnóstico das causas de morte perinatal (naturais e violentas), provas de vida durante o parto e extra- uterinas. 17 Exame de embriaguez: fases da embriaguez, tolerância ao álcool, metabolismo do álcool etílico, pesquisa bioquímica do álcool, dosagem de álcool no cadáver, avaliação dos resultados, recusa a submeter-se a exame e formas de embriaguez.

*Relação dessa disciplina com as atribuições do cargo: Os conteúdos fazem parte da formação básica do médico legista e, dessa forma, faz-se necessário o conhecimento desses saberes aos postulantes ao cargo, a fim de garantir a excelência e para que desenvolvam as habilidades e competências previstas, conforme atribuições do cargo.

2.3 Conhecimentos Específicos para Médico Legista de 3ª Classe – Anatomia Patológica (código 202): 1 Introdução à medicina legal: conceito, definição, perícia e peritos; documentos médico legais, atestado médico, declaração de óbito. 2 Traumatologia forense: lesões e morte por ação contundente, estudo médico legal dos traumatismos crânio- encefálicos, lesões e mortes por armas brancas, lesões e mortes por instrumentos perfuro- contundentes, armas de fogo, lesões e mortes por ação térmica, lesões